

I Seminário Nacional de Trabalho e Gênero

Sessão temática: Trabalho, gênero e educação

Título do trabalho

**GÊNERO, RAÇA, EDUCAÇÃO E ASCENSÃO SOCIAL: AS
PROFESSORAS NEGRAS E SUAS TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS**

Autor(es): Lorena Francisco de Souza e Alecsandro J. P. Ratts

TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DE PROFESSORAS NEGRAS

Lorena Francisco de Souza¹
Alecsandro J. P. Ratts²

Resumo

A mulher negra, durante toda a sua trajetória histórica em tempos de colonização, tinha a casa, seja a senzala ou a casa-grande, como seu lugar de servir, de atuar sem qualquer oportunidade de mudança, já que ao escravizado ou à escravizada não lhe cabia o direito de opinar, falar ou sentir, mas somente de estar pronta ao senhor e à senhora. Ainda hoje permeia no imaginário social a representação social ou o “discurso” referente à mulher negra e aos “lugares” “ocupados” pela mesma. Como afirma Cavalcanti (1998), as representações sociais são, ao mesmo tempo, conceitos e percepções produzidos e reproduzidos coletivamente. Como uma espécie de fuga da representação social destinada a si, as mulheres negras que escolhem o magistério como profissão conseguem romper com uma história de exclusão. Infelizmente, tal profissão é totalmente desvalorizada nos dias de hoje e já não representa a “possessão” do saber, já que, com a estrutura econômica atual, a formação de professores tem sido totalmente negligenciada pelas instituições de ensino superior. Porém tornar-se professora representa uma transgressão para a mulher negra que, neste ofício, tem uma responsabilidade maior em desmistificar as verdades preconceituosas, racistas e sexistas da sociedade atual.

Palavras-chave: gênero, raça, educação.

¹ Mestranda em Geografia- Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA/UFG)

² Orientador e professor do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA/UFG)

GÊNERO, RAÇA, EDUCAÇÃO E ASCENSÃO SOCIAL: AS PROFESSORAS NEGRAS E SUAS TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS

Lorena Francisco de Souza³
Alecsandro J. P. Ratts⁴

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.
A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.
A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginas abertas
retêm e expulsam a vida
donde Ainás, Nzingas, Ngambeles
E outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas (...)

Conceição Evaristo (professora negra)

A situação da mulher negra na sociedade brasileira atual é fruto de um processo histórico proveniente dos tempos de colonização e que insiste em permanecer, ainda que em outros moldes. No Brasil-Colônia, a função da “mulher de cor” se restringia ao trabalho na lavoura, aos afazeres domésticos, à manutenção da cozinha e bem-estar da “sinhá” como ama ou mãe preta, salvo algumas exceções de escravas libertas, mucamas (FREYRE, 1977) e vendedoras. Porém, passados séculos do escravismo no Brasil, é comum presenciar-se nos dias de hoje a analogia entre as atividades da mulher negra daquela época e a mulher inserida na economia de mercado. Sendo assim, torna-se comum reproduzir a idéia de que a cozinha e o trabalho doméstico são o espaço social por excelência da mulher negra.

A (não)presença da mulher negra em alguns espaços, sejam públicos ou privados, reforça a segregação social e racial sofrida por ela ao longo da história deste país. Alguns espaços se delimitam como acolhedores da “sociedade branca” (SANTOS, 2002) em detrimento da população negra, e, nesse sentido, as relações raciais apresentam uma certa dimensão espacial. Intrínseca às relações raciais também encontram-se as de gênero, pois para a mulher negra a relação com os espaços torna-se mais restrita e inflexível.

De acordo com Ratts (2004), a ciência geográfica tem se voltado a uma maior preocupação em reinterpretar o mito da democracia racial, veiculado por intelectuais em meados do séc. XX, em sua dimensão geográfica em que se percebe a existência de segregação espacial combinada com segregação étnico-racial. É o florescimento de uma

³ Mestranda em Geografia- Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA/UFG)

⁴ Orientador e professor do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA/UFG)

reflexão sobre etnicidade e raça de acordo com a(s) teoria(s) acerca do espaço. O espaço é, segundo ele, um elemento constitutivo e produto de encontros/confrontos étnicos e raciais e a unidade de análise pode variar do território nacional à habitação familiar.

A indicação de que existe segregação espacial combinada à segregação étnico-racial no Brasil possibilita uma futura discussão sobre a possibilidade de existir territórios e/ou lugares femininos negros em Goiânia, seja em limites demarcados, seja simbolicamente instituídos a partir de seus lugares de vivência e ligação com os demais atores/atrizes sociais com os (as) quais se relacionam. Dentre estes possíveis territórios, encontra-se o ambiente escolar, tão importante na revelação sobre as trajetórias das professoras negras.

O espaço escolar público, conforme Silva (2004), tem “a função de voltar-se para a superação dos mecanismos de exclusão presentes na sociedade e incorporados pela escola em seus princípios educativos e na sua organização cotidiana” (SILVA, 2004, p.231). Portanto, a prática de professoras negras no ambiente escolar torna-se essencial para a superação da discriminação e para a afirmação de seu papel na construção de conhecimentos junto aos (às) alunos (as) e até mesmo na política voltada para a escola.

A mulher negra e o mercado de trabalho

Como grupo social, o qual a boa sociedade considera que ocupa um lugar predeterminado certamente inferior (SANTOS, 2002), os negros e, especificamente a mulher negra, vivenciam no seu cotidiano as manifestações explícitas e implícitas do preconceito e da discriminação, seja no trabalho, na mídia, na afetividade e em outras instâncias.

Muitas vezes, as oportunidades em nível de mercado de trabalho se tornam cada vez mais restritas e as que optam pelo campo educacional são negligenciadas, primeiro pela categoria profissional a que pertencem, segundo por trazerem as marcas do passado escravista na pele e ainda em sua condição feminina. Mesmo que tenham oportunidade de ascender socialmente em termos de profissão, os negros, homens e mulheres, representam uma parcela da população já evidenciada como inferior e executores do subemprego mal-remunerado, o que dificulta a aceitação destes atores sociais em atividades que exigem a chamada qualificação e um alto nível de escolaridade. Como salienta Santos,

(...) os interesses cristalizados produziram convicções escravocratas arraigadas e mantêm estereótipos que ultrapassam os limites do simbólico e têm incidência sobre os demais aspectos das relações sociais. Por isso, talvez ironicamente, a ascensão, por menor que seja, dos negros na escala social sempre deu lugar a expressões veladas ou ostensivas de ressentimentos (paradoxalmente, contra as vítimas) (2002, p. 157).

O que se constata, a partir da afirmação acima, é o fato de que o mercado de trabalho da sociedade contemporânea, privando pela competitividade e qualificação profissional para atender às exigências da economia de mercado, já deliberou em seu cerne o fenômeno da segmentação racial. De acordo com Silva e Lima (1992), nas funções que exigem determinados atributos estéticos como vendedora, recepcionista e secretária as brancas e amarelas estão representadas de quatro a cinco vezes mais do que as negras que são, respectivamente, 8,9%, 11% e 2,2%. E a estatística também é desfavorável às mulheres negras quando se trata de sua participação em ocupações técnicas, científicas, artísticas e administrativas.

A educação, no mundo atual, se fortalece ainda mais como um elemento determinante no processo de ascensão social e obtenção de *status* ocupacional (LIMA, 1995). Porém, estudiosos como Lima têm constatado que a relação entre investimento educacional e realização ocupacional ocorre de forma diferenciada para diferentes grupos sociais, levando-se em consideração as variáveis gênero e cor, o que limita as possibilidades de ascensão de tais grupos, neste caso, as mulheres negras. Segundo a autora, “vários estudos têm demonstrado como a população negra é prejudicada desde o ingresso na escola até o retorno do investimento em educação quando se depara com o mercado de trabalho altamente discriminatório” (LIMA, 1995, p. 490).

Diante desta realidade econômica vigente no mundo, mais precisamente no Brasil, as transformações presididas pelos movimentos feministas, a necessidade do trabalho feminino fora do ambiente familiar se fez cada vez mais imponente, no entanto, com as desigualdades de oportunidades num país que insiste em propalar o discurso da democracia racial, grande parte das mulheres negras têm como forma de inserção na população economicamente ativa os denominados subempregos. Segundo Carneiro,

(...) a mulher negra é quem mais sofre no mercado de trabalho. A taxa de desemprego no grupo é maior, e elas ficam mais tempo desocupadas. Quando conseguem entrar no mercado de trabalho, ocupam as posições mais desvalorizadas e ganham os piores salários” (2004, p.77).

Muitas vezes, as mulheres negras que obtiveram “maior” oportunidade nos estudos recorrem ao ensino em escolas de 1º e 2º graus, sendo, em geral, mal remuneradas e não valorizadas como profissionais. Entretanto, como afirma Carneiro (2004), quando empregadas, as mulheres negras ganham metade do que ganham as mulheres brancas, sendo que o rendimento médio nacional em salários mínimos da mulher branca corresponde a 3,6% e da mulher negra, 1,7%.

Por se tratar de uma profissão pouco reconhecida pela sociedade, em geral, sexista e racista, o ofício de ser professora, muitas vezes, causa constrangimento e as obriga a “engolir” os ideais de uma “sociedade branca e burguesa” proveniente dos ideais liberais europeus. De acordo com Gomes (1995), as relações raciais estão nas escolas, mas há o medo e a recusa em discuti-las, seja por considerá-las irrelevantes, seja por medo de enfrentar a diversidade.

Gênero, raça e espaço numa compreensão geográfica

A geografia cultural, a partir da década de 70 do século XX, deu ênfase maior à chamada geografia dos gêneros e, atualmente, faz-se mister considerá-la de forma mais aprofundada, tendo como intuito pontuar a importância da mulher na sociedade, os lugares ocupados por ela e o seu distinto modo de compreender e vivenciar o mundo, seja em escala global ou local.

A geografia dos gêneros⁵ acredita nas diferenças culturais entre o masculino e o feminino na maneira de conceber o mundo e vivê-lo (CLAVAL, 1999). Segundo Butler “... se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida” (BUTLER, 2003, p. 20).

A geografia dos gêneros tem como foco principal analisar as relações existentes entre espaço e gênero, determinando papéis e funções dos gêneros, a divisão do trabalho e as

⁵ Embora pouco explorado pelos geógrafos, o termo é usado por aqueles (as) que trabalham com a relação entre gênero, trabalho, território (GARCIA, 2002) e cultura (CLAVAL, 1999).

relações de poder entre eles. As relações de gênero, segundo Martinez, Moya e Muñoz (1995), fazem referência às relações de poder existentes entre homens e mulheres; geralmente, em âmbitos espaciais, culturais e temporais existe uma relação de subordinação das mulheres com relação aos homens, o que incita a ciência a fazer reflexões consistentes sobre a visão de mundo sexista.

Assim como as demais ciências de âmbito social, a geografia tem se remetido à construção da feminilidade na sociedade atual, sua posição desfavorável no mercado de trabalho e a atribuição de lugares demarcados para as mesmas, como por exemplo, a casa, os afazeres domésticos e a dedicação à família. Como salienta Ratts (2003) existe uma intercessão entre as variáveis gênero, raça e espaço, o que significa dizer que há uma dimensão espacial das relações raciais e de gênero bem demarcadas e é por isso que há espaços em que determinados grupos sociais ou o indivíduo se sente(m) habituado(s) e outros que lhes são estranhos.

Santos (1997), quando discute a dimensão espacial do cotidiano, afirma que a informação e a comunicação no mundo atual alcançaram todos os aspectos da vida social, enriquecendo o cotidiano de novas dimensões. Daí “entre estas, ganha relevo a sua dimensão espacial, ao mesmo tempo em que esse cotidiano enriquecido se impõe como uma espécie de quinta dimensão do espaço banal, o espaço dos geógrafos” (SANTOS, 1997, p. 257).

A noção de espaço que permeia estas discussões é concebida como uma dimensão das relações sociais, não somente como suporte – espaço físico – e sim, como construção social (SANTOS citado por Ratts (2003) que porta elementos simbólicos e que pode ser derivada em outras noções a exemplo de paisagem, lugar, região ou território referentes. O espaço, conforme Santos,

(...) é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Mas a contradição principal é entre sociedade e espaço, entre um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas (1997, p. 88).

A categoria espaço é a responsável pela reprodução da totalidade social, determinada por necessidades sociais, econômicas e políticas. Ainda segundo Santos (1982), o espaço é a matéria trabalhada por excelência, pois nenhum outro objeto social se impõe tanto sobre o ser humano e suas ações: o espaço está no cotidiano. Afirma-se então que “a casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens [e mulheres] e comandam a prática social” (SANTOS, 1982, p. 18).

Trata-se aqui de fazer menção à relevância do estudo sobre o cotidiano dos agentes sociais, ao mesmo tempo que se considera as diferenças sociais na produção do espaço. Segundo Cavalcanti (2001) falar de produção do espaço é referir-se a ele enquanto componente da produção social. Esta, por sua vez apresenta-se de forma dialética e contraditória, afirmando as diferenças de classe, em conseqüência, a segregação espacial. A segregação, segundo Villaça (1998), analisando as contradições do/no espaço urbano, refere-se a um processo em que diferentes classes ou camadas sociais se concentram em regiões ou bairros diferentes de uma metrópole. Embora o intuito de nosso trabalho não seja discutir as contradições existentes na cidade, é imprescindível que consideremos a segregação espacial combinada a uma “separação” entre classes, raças e gênero.

Considerar as relações entre gênero, raça e espaço (RATTS, 2003) é papel da ciência geográfica em consonância com outras ciências preocupadas em investigar as relações sociais e suas manifestações no espaço. No que concerne à investigação científica diante do

ser mulher negra a partir dos estudos voltados à raça/etnia e gênero, verifica-se que há uma suposta identidade que vem sendo reprimida ou camuflada ao longo dos tempos como se fosse inútil firmar-se como mulher numa realidade social que garante o homem, sobretudo o homem branco, como detentor do poder, do conhecimento e ator das mudanças vividas pela sociedade em geral, tanto em nível político, social, como também cultural.

Embora exista uma preocupação em algumas disciplinas da chamada ciências humanas em discutir e compreender as relações entre o ser mulher, homem e homossexual mais especificamente, o gênero é um elemento ainda pouco visto e discutido pela Geografia, mesmo sendo imprescindível na sociedade de classes e a raça/etnia amplia o quadro de categorias que deveriam ser mais exploradas pela ciência geográfica em seu viés cultural.

Os atores sociais seguem trajetórias, nas quais vão configurando suas relações com outros atores, a sua própria maneira de perceber a realidade e de vivê-la, construindo sua própria identidade e, muitas vezes, instituindo territórios e lugares. No entanto, alguns atores sociais são repelidos a territórios já demarcados para e por uma dita sociedade que, na realidade, reforça a exclusão, suprime as diferenças de classe, gênero e raça.

Os estudos que privilegiem o estudo do gênero e da raça nas ciências sociais, em especial a Geografia, darão os subsídios para instigar demais sujeitos preocupados com a igualdade racial e de gênero a questionar mitos e a transformar a realidade.

Ser professora e mulher negra no Brasil

A feminização do magistério, segundo Pereira (2000), contribuiu para a proletarização da categoria e tem dificultado sua profissionalização. De acordo com Lopes (1991), analisando a obra de Luiz Pereira⁶ sobre os dados referentes a um maior número de mulheres na profissão, constatou nos argumentos de professores que a atividade é mais adequada às mulheres, primeiramente, devido aos traços de sua personalidade como instinto maternal, maior aptidão para o amor, carinho, comunicabilidade, meiguice, dedicação etc, e, posteriormente, devido ao salário reputado como baixo, ‘poucas’ horas de trabalho diário e prestígio ocupacional insatisfatório. Confirma-se, a partir de tais argumentos, a existência de uma concepção sexista que demanda à mulher papéis e “qualidades” já demarcados e seguidos na sociedade patriarcal, afirmando a chamada fragilidade e submissão femininas.

No ofício de professoras, segundo as constatações, “há valorização de certos aspectos da “personalidade feminina” que desenvolvidos, colocam as mulheres em condições desvantajosas de ajustamento ao sistema profissional altamente competitivo dos sistemas urbano-industriais, que requer personalidades menos *passivas* [Grifos da autora]” (LOPES, 1991, p. 30).

No entanto, como salienta Gomes (2004), as mulheres negras quando tornam-se professoras “saem dos seus lugares”, aqueles predestinados pelo pensamento sexista e racista e das condições socioeconômicas da maioria da população negra no Brasil como a casa dos patrões, no cargo de doméstica, para ocupar o cargo de professora que, ainda que seja questionado, é visto como possuidora de *status* social, pois tem o saber como elemento primordial.

Quando a autora discute a “mutação” sofrida pela mulher negra, do exercício do subemprego ao exercício do magistério, afirma que a escolha pelo magistério representa o rompimento de uma história de exclusão impostamente estabelecida. Assim, a chegada ao

⁶ Obra comentada: PEREIRA, Luiz. **Magistério Primário numa sociedade de classe**. Estudo de uma ocupação em São Paulo. São Paulo: Pioneira, 1969.

magistério é o ponto culminante entre múltiplas rupturas e afirmações, como a luta pela continuidade dos estudos, a busca por uma profissão que lhe garanta espaço no mercado de trabalho, e, muitas vezes, a perspectiva de atuar em uma profissão que lhe possibilite um outro espaço de tempo para se dedicar a outro emprego ou conciliar as atividades domésticas (GOMES, 1995).

Mesmo “possuidoras” e “transmissoras” do saber, muitas professoras negras não se debruçaram sobre a posição que ocupam na sociedade, nem demonstram afirmar a identidade étnica, o que, de certo modo, enfraquece a busca por oportunidades que deveriam ser do direito de todas. A autora afirma que a identidade racial

(...) é um processo complexo que, assim como outros processos identitários, se constrói gradativamente, envolvendo desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, até a socialização nos outros tempos/espços sociais. Dentro do vasto campo da construção de identidades, pensar a peculiaridade da identidade racial é refletir sobre um processo que não é inato e se constrói em determinado contexto histórico, social e cultural (GOMES, 2004, p.6).

A construção de uma “identidade racial” ainda é pouco evidenciada pelas mulheres negras, segundo os resultados de pesquisas no campo da educação feita por mulheres negras (GOMES, 1995; SANTANA, 2004). As professoras do ensino básico, geralmente, reproduzem o discurso do mito da democracia racial ou optam pelo silêncio sobre o racismo.

Diante desta realidade, existe uma preocupação acadêmica em discutir a situação enfrentada pelas minorias (que nem sempre o são em termos numéricos), seja referente à falta de oportunidades no trabalho e/ou na educação, buscando a sensibilização da sociedade pelo direito de ser cidadão em tempos que o termo se confunde com o de consumidor (SANTOS, 2000); e lançando questionamentos diante da discriminação lançada, muitas vezes, implicitamente pela sociedade que insiste em reproduzir os ideais de uma sociedade elitista, majoritariamente, branca.

De acordo com Santos “a situação dos negros no Brasil é uma situação estrutural e cumulativa, o que mostra a diferença com outras minoridades (que não são minorias)” (SANTOS, 1996, p.136). No que tange à mulher negra o significado desta afirmação torna-se mais forte, pois como salienta o autor

“as mulheres [brancas] começaram sua luta recentemente, mas já conseguem resultados que os negros não obtêm. Isso não basta para mostrar que as situações não são iguais. As mulheres lutam dentro da sociedade, enquanto os negros não fazem parte da sociedade que manda” (1996, p. 136).

Podemos inferir que o autor refere-se, prioritariamente, às mulheres brancas que procuraram se firmar nos movimentos feministas, ao contrário da mulher negra, excluída da sociedade até mais que o próprio homem negro devido a fatores históricos que jamais as favoreceram.

No Brasil, o preconceito não é abertamente afirmado, o que dificulta a elaboração de leis que favoreçam sua reversão. A ideologia de que no Brasil as diferenças são aceitas e valorizadas, “um verdadeiro exemplo para as outras nações”, encobre o problema. Para Ferreira (2002), em função disso, a população negra encontra-se submetida a um processo em que as condições de existência e o exercício de cidadania tornam-se muito mais precários com relação à população considerada branca. Em decorrência, a construção de uma identidade positivamente afirmada, requisito necessário para as pessoas se engajarem em políticas efetivas voltadas para a melhoria de suas condições sociais, torna-se um processo dificultado.

Para Gonzalez (1982) o racismo constitui-se como uma construção ideológica que se concretiza em diferentes processos de discriminação. No sentido de exclusão ele é perpetuado de acordo com os interesses da classe dominante que, obviamente, se beneficia com sua prática. Mesmo que o mercado de trabalho tenha favorecido a mão-de-obra feminina em atividades que exigem maior nível de escolaridade, as mulheres negras encontram-se fora de tais oportunidades de emprego, primeiro porque são poucas as que conseguem estender o período de permanência na escola e, segundo por não atenderem a uma velha exigência das empresas: a “boa aparência”. Conforme a autora, “quando nos anúncios de jornais, seção de oferta de emprego, surgem expressões tais que “boa aparência”, “ótima aparência” etc., já se sabe seu significado: que não se apresentem candidatas negras, não serão admitidas” (GONZALEZ, 1982, p.97).

O racismo e o sexismo na/da sociedade brasileira permeiam sobre discursos e declarações implícitas, muitas vezes, por trás de atitudes cordiais, no entanto, os estereótipos confirmam as ideologias em busca da manutenção do *status quo*. O homem negro, muitas vezes, é sinônimo de vadiagem, ameaçador da ordem estabelecida pela “boa sociedade” e a mulher negra é o sujeito que representa os serviços domésticos junto às famílias de classe média e alta ou outros serviços de baixa remuneração (servente = servir). Além do subemprego como profissão, a mulher negra recorre também ao exercício do “trabalho” de mulata, uma das mais recentes criações do sistema hegemônico no sentido de um novo tipo de mercado de trabalho (GONZALEZ, 1982) em que se submetem à condição de objeto sexual e afirmação do mito da democracia racial.

De acordo com Almeida (1998), ao longo da história, a educação e a profissionalização femininas sempre foram relegadas ao segundo plano. Muitas vezes, as “próprias mulheres”, por força das imposições culturais, assimilavam/assimilam valores masculinos e se confinavam/confinam à reprodução biológica e às esferas privadas da família sem questionar “seus” papéis. Isso implica no estabelecimento de relações de poder entre os dois sexos e o saber, já que “manter o dominado longe do saber foi e continua sendo uma estratégia eficiente no controle e na manutenção do *status quo*” (1998, p.31).

Para uma sociedade patriarcal, às mulheres cabia a responsabilidade de educar as crianças. Sendo assim, as práticas “femininas” nunca deveriam ultrapassar o lar e elas jamais deveriam ingressar num trabalho remunerado. Por isso, o magistério, no início do século XX, foi uma das maiores oportunidades do sexo feminino, embora referisse a uma extensão do lar, o que não seria propriamente uma transgressão. O exercício do magistério não significou liberdade, mas uma outra forma de ser dominada pelo poder masculino, na medida que, no discurso político, a mulher era uma perfeita peça para a manutenção da ordem entre os cidadãos.

Esta mulher destinada ao cuidado da família, refere-se a um grupo específico de mulheres – brancas e da classe dominante – que sempre esteve confinado ao espaço privado às ordens do pai, provedor do lar, e, conseqüentemente, à espera do casamento. Já as “mulheres do povo” conviviam com a falta de instrução e o trabalho pesado para sobreviver, e, “para as mulheres negras, o estigma da escravidão perdurou por muito tempo, só lhes restando os trabalhos de nível inferior e a total ausência de instrução” (1998, p. 35).

Os discursos ideológicos de que a mulher era mais capaz para exercer a profissão de professora, o aumento no número de mulheres neste cargo, as transformações na industrialização e urbanização contribuíram para o afastamento masculino. E, assim, o desprestígio da profissão e a má remuneração, problemas já vividos em outras épocas, foi intensificado.

Embora todo o desprestígio da profissão de professora, para a mulher negra, como já foi dito, tal profissão representa mais uma alternativa para uma possível ascensão social e reconhecimento. Ser mulher negra e professora em nosso país implica em uma nova avaliação sobre esses dois papéis, desmontando estereótipos e estigmas históricos. Requer ver a si mesma como negra e profissional, construindo uma prática pedagógica que denuncie o racismo até mesmo nas expressões mais vis e reconhecendo que a escola não é uma extensão do lar.

A permanência do(a) negro(a) na escola é uma realidade quase inexistente num país com metade da população negra. A população negra enfrenta inúmeras dificuldades para permanecerem na escola e ultrapassarem o ensino básico, seja por fatores econômicos, preconceitos, discriminação e, até mesmo, falta de preparo do corpo docente em lidar com a diversidade. Com dificuldades para se manterem na escola, as mulheres negras lideram o quadro de ocupantes dos piores empregos e salários do país, sendo submetidas a uma violência social e simbólica que ultrapassa gerações e entremeia sua própria visão de mundo e forma de lidar com a realidade.

De acordo com Menezes (2002), a escola é o primeiro espaço de vivência das tensões raciais. A relação estabelecida entre crianças brancas e negras numa sala de aula pode acontecer de modo conflituoso, podendo segregar ou excluir. Assim, a criança negra adota em alguns momentos uma postura introvertida, por medo de ser rejeitada ou ridicularizada pelo seu grupo social. Ela pode incorporar o discurso do grupo opressor e procura se reconhecer dentro dele, negando a si mesmo. Todo esse processo de desvalorização de sua individualidade interfere na construção da sua identidade de criança e perdura até a fase adulta.

A exclusão simbólica atinge, de forma concisa, as professoras negras no cotidiano escolar que, em sua vivência diária, convivem com as manifestações de reprovação da comunidade escolar e sociedade em geral desde a infância. Tal cotidiano apresenta-se como uma via de disseminação do preconceito por meio da linguagem, das ações, dos currículos escolares e até mesmo dos materiais didáticos. A (re)apresentação de imagens caricatas de negros e negras em cartazes ou textos didáticos, assim como os métodos e currículos aplicados, que parecem em parte atender ao padrão dominante, dificultam em demasia a prática anti-racista das(os) professoras(es) negras(os), já que interiorizam a visão racista presente no senso comum ou preferem silenciar, adotando um discurso pautado na democracia racial.

Muitas vezes, a mulher negra, enquanto professora, reproduz os discursos já conhecidos de sua infância e do próprio curso para sua formação, concretizados nas falas de que todos são iguais, de que o problema da desigualdade é uma questão de classe e não de raça. As concepções cristãs de igualdade entre os seres, na realidade, reforçam o silêncio diante das ações cotidianas que persistem em excluir negros e negras e atribuir a estes concepções negativas e errôneas.

Aos professores engajados na temática racial, que circulam pelos meios acadêmicos e sabem da realidade no ensino básico, cabe a responsabilidade em desmistificar o senso comum voltado à desvalorização do negro e, principalmente, à imagem estereotipada da mulher negra, incitando debates e abertura para que a comunidade escolar discuta a diferença de gênero e raça e desconstrua as “verdades” andróginas que nossa sociedade tem reproduzido ao longo da história.

Referências

- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.20.
- CARNEIRO, Sueli. Raça, Gênero e ações afirmativas. In: BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (orgs.). **Levando a raça a sério: Ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, pp.71-84.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Uma geografia da cidade - Elementos da produção do espaço urbano. In: _____. (org.). **Geografia da Cidade: A produção do espaço urbano de Goiânia**. Goiânia: Alternativa, 2001.
- _____. O conhecimento geográfico através de representações sociais de determinados conceitos elementares. In: _____. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas-SP: Papyrus, 1998.
- CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural: O estado da arte. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, pp.59-57.
- MARTÍNEZ, Ana S.; MOYA, Juana M^a. R.; MUÑOZ, M^a. Ángeles D. **Mujeres, Espacio y Sociedad: Hacia una geografía del género**. Madrid: Editorial Síntesis, 1995.
- FERREIRA, Ricardo Franklin. **O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente**. *Psicol. Soc.*, no.1, vol.14, jan./jun. 2002, p.69-86.
- FREYRE, Gilberto. A mulher e o homem. In: FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. Rio de Janeiro/Brasília: J. Olympio, INL, 1977, pp.93-151.
- GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.
- _____. **Mulheres negras e Educação: Trajetórias de vida, Histórias de luta**. Disponível em: www.desafio.ufba. (Acessado em: 12 de novembro/2004)
- LIMA, Márcia. Trajetória educacional e realização socioeconômica das mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**, São Paulo, n. 2, ano 3, 1995, pp. 489-495.
- LOPES, Eliane Marta Santos T. A educação da mulher: A feminização do magistério. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 4, 1991, pp.22-40.
- MENEZES, Waléria. O preconceito racial e suas repercussões na instituição escolar. **Revista Fundação Joaquim Nabuco**, n. 147, 2002.

PEREIRA, Júlio E. D. Debates e pesquisas no Brasil sobre a formação docente. In: PEREIRA, Júlio E. D. **Formação de professores-pesquisa, representações e poder**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, pp.15-51.

RATTS, Alecsandro J. P. As etnias e os outros: as especialidades dos encontros/confrontos. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n. 17-18, pp. 77-89, jan./dez. de 2004.

_____. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. Comunicação apresentada no **XX Encontro Nacional da ANPOCS**, Caxambu-MG, out. 2003.

SANTANA, Patrícia. **Professores(as) negros(as): trajetórias e travessias**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: GERNER, Júlio (org.). **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997, pp. 133-144.

_____. As exclusões da globalização: Pobres e Negros. In: FERREIRA, Antônio Mário (org.). **Na própria pele: os negros no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG/Secretaria de Estado da Cultura, 2000, pp.9-20.

_____. Ser negro no Brasil hoje. In: SANTOS, Milton. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002, pp.157-161.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: _____. **Espaço e Sociedade: Ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982, pp. 9-22.

SILVA, Denise Ferreira da.; LIMA, Márcia. Raça, Gênero e Mercado de Trabalho. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro: CEEA, vol. 23, 1995, pp. 97-111.

SILVA, Indaiara Célia da. Currículo e diversidade cultural na escola Grapiúna. In: BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (orgs.). **Levando a raça a sério: Ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, pp.229-240.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1998.